c) São reservadas aos operários do sexo masculino, em razão da natureza própria do trabalho, as secções de corte de trapos, cilindragem, colagem, fabricação, calandragem, corte do papel, enfardamento, centrais, impressão e guarda, podendo continuar ao serviço destas secções as mulheres que, à data da publicação do despacho, nêse sejam ocupadas efectivamente;

d) Os operários indistintamente ocupados em diversas secções auferirão o salário inerente à categoria mais elevada;

e) Os operários em regime de tarefa não poderão receber salário inferior ao mínimo estabelecido para os operários de jornal;

f) As empresas deverão elaborar folhas de férias semanais em que se especifiquem: os nomes dos operários, agrupados por secções e categorias; os dias de trabalho prestado; o montante dos salários auferidos e os descontos legais efectuados;

g) As entidades patronais deverão enviar, em duplicado, ao I. N. T. P., quando exercerem a sua actividade no distrito de Lisboa, ou às suas delegações, nos demais distritos do continente, até à data da entrada em vigor deste despacho, relações individuadas do pessoal fabril agrupado por secções, em que se contenha também a idade, categoria, ou anos de aprendizagem, e salário resultante da tabela.

Os originais dessas relações, depois de visados, devem ser afixados dentro das fábricas a que respeitem em lugar bem visível;

h) O I. N. T. P. pode consentir, em casos especiais, devidamente justificados, a alteração de qualquer das normas fixadas, mediante requerimento individual das entidades patronais;

i) Este despacho entrará em vigor em 6 de Novembro próximo.

Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, 7 de Outubro de 1939.— O Secretário, *Pedro Botelho Neves*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral das Alfândegas

2.ª Repartição

2.ª Secção

Portaria n.º 9:341

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Finanças, que seja extinto o posto de despacho da Fajã Grande, da Ilha das Flores, da área de jurisdição da Alfândega da Horta.

Ministério das Finanças, 12 de Outubro de 1939.— Pelo Ministro das Finanças, *Adriano Pais da Silva Vaz Serra*, Sub-Secretário de Estado das Finanças.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral de Administração Política e Civil

Portaria n.º 9:342

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, ao abrigo do artigo 91.º da Carta Orgânica do Império Colonial, que se execute em todo

o ultramar o decreto-lei n.º 29:937, de 21 de Setembro de 1939, com as alterações que, em cada colónia, o respectivo governador entender necessárias e que constarão de providências regulamentares, cuja publicação fica autorizada pelo presente diploma.

Para ser publicada nos «Boletins Officiais» de todas as colónias.

Ministério das Colónias, 12 de Outubro de 1939.— O Ministro das Colónias, *Francisco José Vieira Machado*.

Direcção Geral de Fomento Colonial

Repartição dos Serviços Económicos

Portaria n.º 9:343

Tendo cessado os motivos que originaram a expedição da portaria n.º 9:176, de 6 de Março passado, e considerando o que sobre o assunto foi representado pelo governo geral de Angola: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, em vista do disposto no § 2.º do artigo 4.º do decreto n.º 22:050, de 30 de Dezembro de 1932, e nos termos do n.º 22.º do § 1.º do artigo 11.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português, revogar a portaria n.º 9:176, de 6 de Março de 1939.

Para ser publicada no «Boletim Oficial» da colónia de Angola.

Ministério das Colónias, 12 de Outubro de 1939.— O Ministro das Colónias, *Francisco José Vieira Machado*.

Repartição dos Serviços Geográficos, Geológicos e Cadastrais

Portaria n.º 9:344

Atendendo ao que foi exposto pelo governo geral de Angola: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, nos termos do artigo 18.º do decreto de 20 de Setembro de 1906 e em harmonia com o disposto no n.º 22.º do § 2.º do artigo 11.º da Carta Orgânica do Império, que seja vedada a pesquisas de substâncias betuminosas a porção de território da colónia de Angola limitada a norte pelo rio Loje, a oriente pelo meridiano 14º E. G., a sul pelo rio Bengo e a oeste pelo Oceano Atlântico.

Para ser publicada no «Boletim Oficial» da colónia de Angola.

Ministério das Colónias, 12 de Outubro de 1939.— O Ministro das Colónias, *Francisco José Vieira Machado*.

MINISTÉRIOS DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA E DA AGRICULTURA

Decreto-lei n.º 29:967

A solução do problema dos vinhos da Madeira está fundamentalmente no desenvolvimento da exportação e possível aumento de preço nos mercados externos. É necessário porém assegurar ao produtor a retribuição que lhe é devida e evitar que possam organizar-se conluios em seu prejuízo.

O primeiro daqueles fins há-de alcançar-se pelo aperfeiçoamento vitivinícola, propaganda e defesa da

marca. O segundo pela organização dos produtores, nos moldes já definidos pelo Governo, uma vez que ela disponha dos meios indispensáveis para intervir no mercado e exercer acção reguladora de preços. Mas, emquanto se não organiza a produção, tem de evitar-se, por medidas especiais, a degradação dos preços, a especulação e a concorrência desleal.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 2.^a parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º As empresas que pretenderem exportar vinho da Madeira deverão satisfazer às condições seguintes:

1.º Estar inscritas em registo especial da Alfândega do Funchal como exportadoras;

2.º Mostrar perante a mesma Alfândega terem adquirido aos produtores até 15 de Outubro próximo uma quantidade de mosto igual, pelo menos, a dois terços das quantidades de vinho por elas exportadas nos doze meses anteriores, aos preços da tabela elaborada pelo governador civil do Funchal com base nos preços do ano anterior.

Art. 2.º As que pretenderem inscrever-se de novo como exportadoras deverão satisfazer às condições seguintes:

1.º Possuir armazéns com capacidade igual ou superior à da empresa que tiver exportado menor quantidade nos últimos doze meses;

2.º Obrigar-se a adquirir no espaço de tempo e aos preços previstos no n.º 2.º do artigo anterior quantidade igual a dois terços, pelo menos, da referida capacidade.

Art. 3.º No caso de se provar que os preços pagos pelo mosto foram inferiores aos estabelecidos na tabela, a Alfândega cobrará dos exportadores respectivos uma importância por litro de vinho exportado até perfazer a diferença acrescida de 20 por cento de multa.

§ 1.º A prova será feita em processo sumário perante uma comissão arbitral composta por um delegado do governador civil, que servirá de presidente, um representante da Alfândega e um representante da Inspeção Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas.

§ 2.º A quantia correspondente à diferença de preço a que se refere este artigo será entregue ao vendedor.

Art. 4.º Os compradores de vinho designados por «partidistas» ficam obrigados ao pagamento dos preços mínimos fixados na tabela a que se refere o presente decreto.

§ 1.º Os que infringirem o disposto neste artigo serão proibidos de exercer o comércio de compra e venda de vinhos durante o período de dois anos e obrigados a pagar a diferença ao vendedor acrescida de 20 por cento de multa.

§ 2.º A prova do facto será feita pela forma estabelecida no § 1.º do artigo 3.º

§ 3.º Na falta de pagamento, a parcela em dívida converter-se-á em prisão à razão de 10\$ por dia e por tempo não superior a três meses. A conversão será feita pelo tribunal criminal do Funchal com base no certificado de dívida passado pela comissão arbitral.

Art. 5.º Fica autorizado o governador civil a expedir as disposições regulamentares que forem necessárias para a execução do presente decreto-lei.

Art. 6.º Este decreto entra imediatamente em vigor e aplica-se aos contratos de compra e venda de vinhos da presente colheita.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 12 de Outubro de 1939. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — João Pinto da Costa Leite — Rafael da Silva Neves Duque.